

«PERSPECTIVAS DA PROSPECTIVA»:
ACERCA DA OBRA DE LÚCIO CRAVEIRO DA SILVA

Escrever sobre a obra e o pensamento do Professor Lúcio Craveiro da Silva não é tarefa fácil, tão fecunda foi a primeira e tão extensa e englobante é o segundo; tornou-se, no entanto, uma tarefa agradável, em razão da índole pluri-facetada e criativa de uma obra, que revela um pensamento fulgurante, de índole eminentemente prospectiva. A *Revista Portuguesa de Filosofia* – de que Lúcio Craveiro da Silva foi director, fazendo actualmente parte do corpo redactorial –, ao dedicar-lhe este número comemorativo, consagra primeiramente o labor persistente de um dos seus exímios colaboradores.

Com efeito, há em torno dos seus trabalhos um irrecusável efeito de fascínio; surpreende a sua capacidade de ser portador de um olhar sempre diferente sobre os problemas que versa; espanta a pluralidade de interesses, a imensidão de uma cultura que não se entricheira em redutos de erudição, o jogo ilimitado das referências, que vão dos estudos económicos e sociais, aos da filosofia em Portugal e cultura portuguesa, da ética à filosofia social e política, onde se revela uma paixão de pensar, de investigar, uma convicta e sentida volúpia de compreensão e análise dos magnos problemas da sociedade contemporânea.

Estudos *económico-sociais*

Licenciado em Ciências Económicas pela Universidade Comercial de Deusto, Bilbao, e depois, em 1949, em Ciências Políticas e Sociais pela Universidade Católica de Lovaina, publica, em 1947, "Notas de Economia"¹, onde mostra que "os motivos, que urgem a maior activação do fomento industrial e

¹ *Brotéria: Revista Contemporânea de Cultura*, 45 (2-3) Agosto-Setembro 1947, 209-217; 45 (4) Outubro 1947, 373-384; 45 (5) Novembro 1947, 491-497.

Cf. "Bibliografia de Lúcio Craveiro da Silva", organizada por L.G.R. Morgado e H. Barreto Nunes, em *Homenagem a Lúcio Craveiro da Silva*, Braga, Centro de Estudos Humanísticos/Universidade do Minho, 1994, 413-429.

das leis que o promovem, são tão patentes, tão claros, tão decisivos que só para os recordar vou intentar uma ligeira enumeração dos principais: 1º nível de vida; 2º problema demográfico; 3º O equilíbrio da balança comercial externa e a segurança económica²; aí, com recurso a dados estatísticos, discorre sobre os problemas da energia e do fomento hidro-eléctrico, da agricultura, das indústrias do ferro e do cobre, da celulose e do papel, dos problemas dos transportes³, da marinha mercante, das vias de circulação rodoviária e ferroviária e da presença dos transportes aéreos⁴.

Se em 1948 é posta especial ênfase na dilucidação do aspecto produtivo, nos escritos "A questão social e o problema da produção"⁵ e "Factor psicológico e rendimento económico"⁶, atribui, no expressivo estudo "O factor humano e o progresso industrial em Portugal"⁷, relevância especial ao factor humano no desenvolvimento económico do País.

Na óptica do desenvolvimento económico, e numa análise dos respectivos meios e modelos, escreve em 1979, *Cultura, participação e desenvolvimento*, onde adverte como é através da participação "que o programa da promoção social pelo desenvolvimento económico se concebe e se realiza", caracterizando as estruturas e os métodos de participação, equacionando as respectivas frentes prioritárias, que vão desde o desenvolvimento participado, à formação e preparação de quadros, concluindo com a difusão da cultura em extensão e intensidade.

Se em todos estes estudos que deu à estampa, publicados em 1947, 1948 e 1979, a nota é posta no desenvolvimento e modernização quer da indústria quer da agricultura, visa-se não só a valorização dos recursos naturais, mas especial empenho é posto no factor humano, como elemento de base imprescindível.

² "Notas de Economia", *Brotéria*, 45, 1947, 211-212.

³ "Não pode haver um plano regular e constante de fomento industrial, sem transportes económicos e abundantes. Está na base de todo o progresso industrial, a expansão da procura ou demanda, pelo alargamento dos mercados. (...) A melhoria dos meios de transporte traz consigo a ampliação dos mercados que, por sua vez, como dissemos, é origem de profundos chamamentos de progresso ao condicionalismo económico-industrial.

Isto é particularmente verdadeiro, desde há 150 anos. Foi com a revolução industrial que as nações preponderantes multiplicaram as marinhas mercantes, melhoraram e equiparam os seus portos, montaram extensas redes de caminho de ferro, construíram estradas e canais e, ultimamente, estão desenvolvendo a aviação comercial.

Foi, precisamente, há cem anos que, com a aplicação do vapor à navegação, o descuido em Portugal pelo incremento da marinha começou a ser desastroso. Isto no mar, que, na terra, também não fomos capazes de acompanhar as outras nações no desenvolvimento rodoviário" (p. 491).

⁴ "(...) a situação privilegiadíssima de Portugal, às portas da Europa, ponto de passagem para África, a caminho da América, e a maravilhosa colocação dos Açores no meio do Atlântico, deve levar a interessar-nos, vivamente, por este meio de transporte e pela resolução imediata dos seus problemas" (p. 499).

⁵ *Revista Portuguesa de Filosofia*, 4 (3) Julho-Setembro 1948, 272-282.

⁶ *Indústria & Técnica*, 22, Outubro 1948, 9-10.

⁷ *Brotéria: Revista Contemporânea de Cultura*, 47 (2-3) Agosto-Setembro 1948, 144-151.

dível. Deste modo, escreve em 1948, que "em nações, como a nossa, em que a natureza, se não foi avara, também não quis ser pródiga, ou se vai esgotando pelo desgaste dos séculos, teremos de completar com o talento, a arte e a técnica o que nos falta ou escasseia em recursos. Só com lirismos ou com barulhos políticos nunca poderemos progredir ou merecer vida digna, independente e próspera. Quer isto dizer que, no afã de melhorar o nível do povo, de uma maneira especial pelo fomento industrial, devemos esforçar-nos para valorizar o trabalho humano, se queremos realizar obra completa e duradoira"⁸.

No estudo de 1979, a participação é vista como o modelo, de que analisa as estruturas e os métodos; se "uma participação real no estudo das orientações, decisões e iniciativas, é inconcebível sem informação preliminar daqueles a quem diz respeito e que devem por conseguinte estar informados antes de dar o seu parecer", a verdade é que "ainda que os resultados destes inquéritos sejam de valor desigual, têm a imensa vantagem de fazer descobrir a verdadeira realidade e oferecer novos aspectos, possivelmente ignorados, aos responsáveis que terão de decidir. A função de uns não impede a função dos outros. (...) Não se devem opor eficácia e participação. Podem até encontrar-se modos de participação que aumentem a eficácia dos sistemas sociais"⁹. Além disso, a formação e preparação de quadros é elegida mesmo como uma das frentes prioritárias, onde conclui: "Ouve-se com frequência a queixa de que se não encontram chefes administrativos ou dirigentes competentes. É que o impulso, desenvolvimento e controle da indústria apoia-se na sua maior parte nos dirigentes do capital e dos meios financeiros. Situados no ponto nevrálgico da economia, decidem do que se produzirá, dispõem a alto nível da organização interna do negócio, regulam as compras e as vendas, decretam a ampliação ou a redução da indústria, aceitam novos métodos ou aferram-se aos antigos. E se eles não dispõem de cultura económica e financeira competente, serão uma rémora em qualquer plano de desenvolvimento regional, dificultando o fomento, manietando a técnica, comprometendo em suma o bem-estar da colectividade"¹⁰.

Se o Professor Lúcio tivesse sido escutado desde esses anos da década de quarenta, o ensino técnico e profissional não apresentava o estado exangue com que as novas gerações se têm defrontado, e o ensino politécnico teria sido há muito nobilitado.

⁸ "O factor humano e o progresso industrial em Portugal", *o.c.*, 147.

⁹ *Cultura, participação e desenvolvimento*, Braga, Universidade do Minho, 1979, 9-10.

¹⁰ *Ib.*, 12.

2. Estudos de Filosofia em Portugal e Cultura Portuguesa

Tendo cursado Filosofia de 1934 a 1938, no então Instituto de Filosofia de Braga, obtendo depois a Licenciatura na Faculdade de Filosofia de Oña, em Burgos, com 18 valores, e prestado provas públicas de doutoramento na Faculdade de Filosofia de Braga, em 1951, é nos domínios da Filosofia e Cultura Portuguesa – é o próprio Professor Lúcio que intitula *Ensaaios de Filosofia e Cultura Portuguesa*, o seu livro saído a lume em 1994 –, bem como em *Ética e Filosofia Social*, que as suas análises atraem a atenção do estudioso, quer pelo prisma reflexivo do ontem, quer porque rasgam novas clareiras na compreensão do hoje.

É, sem dúvida, um dos mais brilhantes investigadores da filosofia em Portugal, quer por uma melhor asseveração aos estudos feitos, quer ao permanente estímulo de revisão do já sabido pela mediação da crítica, quer pela forma estética de um verbo ágil e de uma prosa tersa e dúctil. Paulo Orósio, Pedro Hispano, Álvares Pais, Francisco Sanches, a Escola Conimbricense em Filosofia, Serafim de Freitas, Inácio Monteiro, Silvestre Pinheiro Ferreira, José Agostinho de Macedo, Antero de Quental, Teixeira de Pascoaes, Silvestre de Moraes, Abel Salazar, Leonardo Coimbra, são algumas das figuras versadas na obra de Lúcio Craveiro da Silva. Nestas publicações deixa no leitor uma impressão de fascínio, pelo apuro formal de uma exposição singularmente penetrante, de rara finura crítica, e, de modo mais recôndito, o sulco impresso de uma atitude reflexiva, em permanente busca de fundamentos.

Em Paulo Orósio (séc. V) é apresentada uma teoria da História, de singular recorte ecuménico, que "não pretendeu fazer mera narrativa dos acontecimentos nem encontrar apenas as causas próximas que os motivaram. Quis, através dessa narrativa, estabelecer as leis que regem a história da humanidade, encontrar o sentido profundo do seu desenvolvimento, descobrir o êmbolo dos acontecimentos"¹¹. Após indagar as fontes de que se serviu Orósio, caracteriza também as suas relações com Santo Agostinho; se dele recebera a sugestão do plano da *História contra os pagãos em sete livros*, não é um simples discípulo do bispo de Hipona; primeiramente, Orósio foi um investigador independente: sobre a invasão de Roma usou fontes diferentes e refere-se a testemunhas oculares que consultou e ouviu; além disso, há uma visão pessoal e diversa dos factos; se Santo Agostinho confiava na reabilitação da civilização romana, na

¹¹ "Introdução a Paulo Orósio" (1985), em *Ensaaios de Filosofia e Cultura Portuguesa* [doravante *EFCP*], Braga, Faculdade de Filosofia, 1994, 20.

Cf. também: "História contra os pagãos: esboço de uma história da antiguidade oriental e clássica", Prefácio a Paulo Orósio, *História contra os pagãos*, Braga, Universidade do Minho, 1988; "Paulo Orósio finalmente traduzido", *Forum* [Revista do Conselho Cultural da Universidade do Minho], Braga, nº 2, Outubro 1987, 35-36; "Orósio (Paulo)", em *Logos: Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*, vol. III, Lisboa, Ed. Verbo, 1991, 1266-1270.

qual vivia, Paulo Orósio pertence não somente a outra geração mas insere-se numa cultura diferente: nutria profunda admiração pela Hispânia mas inscrevendo-se numa nova pátria universal; e se Santo Agostinho se dirigia aos católicos, Orósio dirige-se aos pagãos: a Escritura surgia mais "como fonte de factos do que como argumento de fé", e a sua visão da história é de timbre mais racional e alicerçada numa base filosófica; assim, se Santo Agostinho foi o grande teólogo da história, Orósio foi o grande filósofo da história: "se foram os gregos os primeiros que conceberam as regras da História, foi Paulo Orósio, presbítero bracarense, quem primeiro escreveu uma História com sentido plenamente universal. É certo que antes de Orósio, Tucídides e sobretudo Políbio, escreveram uma história de sentido cosmopolita e conceberam o género humano como um todo. Dentro desta concepção, de nítida influência estóica, Políbio redigiu até um esboço de história universal, ao formular as leis dos círculos históricos. Mas estes círculos eram reversíveis; a história repetia-se. Também não foram Agostinho nem Orósio os primeiros a afirmar o sentido providencialista da história. Já antes o fizeram, cada um a seu modo, Eusébio de Cesareia, Lactâncio, Sulpício Severo... Mas é Paulo Orósio quem realiza esta concepção com profundidade ao conceber a história como um desenrolar de desígnios todos orientados para um facto histórico: a Redenção. A Providência é quem orienta e unifica esses factos como em Agostinho; mas a Providência passou a orientar esses factos de uma maneira humana, dentro já do tempo, pois Deus fez-se homem e à luz desse facto, tanto o passado como o futuro recebem uma nova unificação e a história ganhou um novo sentido". Deste modo conclui "que Paulo Orósio foi quem primeiro escreveu uma história verdadeiramente universal. E se a concepção fundamental é a mesma, Santo Agostinho desenvolve-a num sentido teológico e Paulo Orósio num sentido predominantemente filosófico. Dentro destas premissas podemos afirmar que Paulo Orósio foi, de alguma maneira, o primeiro filósofo da história"¹².

Sobre Pedro Hispano – o primeiro grande filósofo português depois do nascimento de Portugal – são especialmente analisadas as *Símulas Lógicas*, a sua obra como psicólogo, as obras médicas, tomando-se patente, por um lado, a mundividência do nosso filósofo pela extensão de conhecimentos, por outro, o ecletismo que informava a sua obra. Se o que define a originalidade deste pensador, "na sua época, foi certamente, em primeiro lugar, a simbiose que ele realizou da filosofia e da teologia com a ciência médica"¹³, como filósofo contri-

¹² *Ib.*, 26.

¹³ "Pedro Hispano (1277-1977) à luz dos últimos estudos", *Revista Portuguesa de Filosofia*, 33 (2-3) Abril-Setembro 1977, 113-123; incluído em *EFCP*, 46.

buiu para a introdução do aristotelismo no ocidente; se não pôde servir-se das traduções que mais tarde utilizará S. Tomás, mas apenas dos comentadores árabes e neoplatónicos, "compendiou a lógica aristotélica, foi talvez o primeiro comentador, entre os latinos, do *De Anima* e do *De Animalibus*, e comentou ainda o *De Longitate et Brevitate Vitae* e o *Liber de Sensu et Sensatu*. Está portanto incluído intelectualmente na corrente aristotélica da primeira metade do século XIII, que antecedeu a síntese tomista e o aparecimento do averroísmo latino; até por isso era natural que, uma vez chegado ao trono pontifício, Pedro Hispano reagisse, como reagiu, contra o averroísmo da Faculdade de Artes da Universidade de Paris"¹⁴. Autor duma mundividência grandiosa pela extensão de conhecimentos, "foi um filósofo eclético onde as várias correntes se cruzaram na superfície mas não se fundiram na profundidade de uma síntese ampla e coerente. Descobriu e conheceu os diversos recantos do seu horizonte intelectual mas não soube ou não teve o descanso e a reflexão suficientes para os contemplar no conjunto enriquecedor duma paisagem cheia de amplitude e harmonia"¹⁵. Terá querido ser assim conciliador e eclético, deixando fluir as várias correntes do seu tempo na sua heterogeneidade, o que não retira nada ao valor e influência do primeiro grande filósofo português. De facto, "Portugal, de um modo geral mas especialmente durante os quatro primeiros séculos, nunca foi um pólo de atracção intelectual como Paris, Bolonha ou Salamanca. Os seus maiores pensadores ou se formaram no estrangeiro ou por lá viveram e floresceram, com relações mais ou menos ténues com a mãe pátria. Enumeremos, a título de exemplo, Álvaro Pais, André do Prado, Pedro Margalho, Leão Hebreu, Francisco Sanches... Espalhados pela Europa, já então emigrantes do pensamento, ou se formaram nos mais célebres centros culturais ou foram neles professores tomando por vezes lugar de relevo nas correntes científicas ou filosóficas do seu tempo. Pedro Hispano foi o primeiro a inaugurar, com brilho, esta característica ou fatalidade da nossa história"¹⁶.

Francisco Sanches foi um dos autores que mereceu de Lúcio Craveiro da Silva alguns dos mais argutos estudos: "Francisco Sanches, Filósofo"¹⁷, "Francisco Sanches perante a Escolástica do seu tempo"¹⁸ (1960), "Francisco Sanches nas correntes do pensamento renascentino"¹⁹, "Actualidade de Francisco San-

¹⁴ *Ib.*, 46-47.

¹⁵ *Ib.*, 47.

¹⁶ *Ib.*, 48.

¹⁷ *Revista Portuguesa de Filosofia*, 7 (2) Abril-Junho 1951, 124-153; incl. em *EFCP*, 57-76.

¹⁸ *Aufsätze zur Portugiesischen Kulturgeschichte*, Band I, Munster Westfalen, 1960, 15-23.

¹⁹ *Revista Portuguesa de Filosofia*, 39 (3) Julho-Setembro 1983, 229-241; incl. em *EFCP*, 77-89.

Sobre este tema refira-se ainda "Francisco Sanches au tournant de la pensée de la renaissance" [no Colloque International d'Études Humanistes, Tours, 1978], em *Actes*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, 1984, 723-734.

ches, Filósofo"²⁰. Projecta uma nova luz sobre a obra de Francisco Sanches como homem do Renascimento, tendo em conta que o nosso filósofo se encontrou "numa encruzilhada do pensamento europeu, quando já há muito tinha esmorecido a força explicativa da síntese medieval e despontava, por isso, a necessidade de encontrar um novo método de pesquisa filosófica. Neste sentido, "o génio construtivo de Sanches não se deixou amesquinhar ou debilitar perante a fragilidade do conhecimento e a pobreza das forças humanas de acção, perdidas em insucessos, em erros e em perversões no estudo e aplicação da física descritiva dos quatro elementos, na biologia dos humores, e na alquimia, especialmente. Todo o seu esforço se concentrou em sacudir esta frágil e gasta ciência antiga, quebrar os exageros do despotismo dialéctico, pôr ao vivo o abuso que se fez do silogismo e do raciocínio na ciência positiva, desafrontar as ciências do exagerado magisterdixitismo dos antigos, persuadir o homem renascentista da humildade das suas possibilidades, que lhe não permitiam os juízos fechados e definitivos de quem domina «divinamente» os segredos da natureza"²¹; ademais, "é um pensador típico dessa curva da história da filosofia"²². De facto, se "muitos não souberam descobrir este seu perfil filosófico nem o souberam enquadrar nas correntes vertiginosas e desconstruídas do seu tempo, também não puderam avaliar com justeza todo o alcance da sua mensagem filosófica", ele que "foi sobretudo, a meu ver, um dos prefaciadores mais argutos da nova época que ia surgir"²³. Ora, "de facto não foi ele o autor do *Discurso do Método* ou do *Novum Organon*, os grandes inovadores do método moderno da filosofia e das ciências. Mas o merecimento desses livros torna-se grandemente credor de Sanches se através das linhas e do espírito do *Quod nihil scitur* e do plano esboçado do *De modo sciendi* aparece, como consequência lógica e imediata, o pensamento nuclear desses livros. E julgamos, com muitos autores, que assim é"²⁴. Assim, se estes estudos procuram analisar a sua luta anti-escolástica, delineiam também o seu perfil filosófico nas correntes do tempo, não só como prólogo à dúvida metódica cartesiana²⁵ e à filosofia do *cogito*, mas também ras-

²⁰ *Forum* [Revista do Conselho Cultural da Universidade do Minho], Braga, (8) Julho 1990, 159-162; incl. em *EFCP*, 91-97.

²¹ "Francisco Sanches, Filósofo", *o.c.*, em *EFCP*, 65.

²² "Francisco Sanches nas correntes do pensamento renascentino", *o.c.*; em *EFCP*, 77.

²³ *Ib.*, 89.

²⁴ "Francisco Sanches, Filósofo", *o.c.*; em *EFCP*, 68.

²⁵ Afirma o Autor que "Descartes conheceu (...) o esforço de «excellents esprits» que não alcançaram, segundo lhe parecia, feliz êxito. Seria na verdade quase paradoxal que ignorasse, desses, um dos mais cintilantes como foi Francisco Sanches. Esta suposição torna-se certa se cairmos na conta, como adverte Severiano Tavares, que a segunda edição do *Quod nihil scitur* apareceu em Francfort, em 1618, precisamente quando Descartes se encontrava nessa cidade" (*ib.*, 70).

gando as novas vias do conhecimento experimental, que Bacon sistematizará. Na verdade, os pontos de contacto entre o *Quod nihil scitur* e o *Discours de la Méthode* manifestam-se sobretudo na afirmação da necessidade da dúvida metódica, criação de um novo método, a preocupação pela análise do *cogito*, a afirmação, em Sanches, da maior certeza do objecto interno do conhecimento que Descartes especifica no *cogito*.²⁶ Por outro lado, as relações entre Sanches e Bacon são patentes: "Tanto Bacon como Francisco Sanches propõem-se libertar o investigador dos preconceitos provenientes de sistemas filosóficos, dos enganos dos sentidos, e levá-lo a interrogar o único e verdadeiro mestre, a Natureza (...). Mas, ao passo que em Francisco Sanches se reduz à fórmula: «a razão e a experiência», em Bacon toma um desenvolvimento muito maior e, indo mais além, pôde concretizá-lo no processo de indução. Neste ponto, é justo confessá-lo e a meu ver quase só neste, Bacon completou a Sanches: em Sanches a forma é clara mas incompleta; Bacon rodeou a sua exposição de desenvolvimentos mais vastos mas obscuros, sinuosos, e finalmente teve a feliz sorte de concretizar o seu esforço no novo método indutivo"²⁷. Com efeito, tal mensagem, "os espíritos não estavam ainda preparados para a receber e por isso não foi ele o *iniciador* ; mas muitas vezes é tão meritório encontrar o caminho como percorrê-lo. Não foi pequena glória de Sanches a de escrever, no *Quod nihil scitur*, o prólogo do pensamento de Descartes e de Bacon: a Descartes forneceu os elementos que permitiram a formulação da filosofia do cogito, a Bacon os pilares do conhecimento experimental. E com mais vigor do que qualquer deles o *Philosophus et Medicus Doctor* apontou os erros da época que findava e deu-lhe um golpe mais violento"²⁸.

Não admira, pois, que Lúcio Craveiro aprecie as edições críticas (castelhana, francesa e inglesa²⁹) do *Quod nihil scitur*, e mostre sem complacência as lacunas duma obra castelhana³⁰, que, sobre o nosso filósofo, médico e professor universitário setecentista, revela parcialismo e limitações; trata-se duma "tese recentemente publicada que, embora com graves defeitos de análise científica que me admira terem sido aceites numa universidade, oferece a vantagem de nos levar a recordar e discutir a polémica em torno da obra de F.S.: a inter-

²⁶ Cf. *ib.*, 72.

²⁷ *Ib.*, 73-74.

²⁸ "Francisco Sanches, Filósofo", *o.c.*; em *EFCP*, 76.

²⁹ São as seguintes edições: *Quod nihil scitur*, ed. e tr. cast., de S. Rabade, J.M. Artola e M.F. Perez, Madrid, Instituto de Filosofia "Luis Vives", 1984; *Il n'est science de rien [Quod nihil scitur]*, ed. crit. latino-francesa, texto estabelecido e tr. de Andrée Comparot, Paris, 1984; *That nothing is known [Quod nihil scitur]*, intr., notas e bibl. de Elaine Limbrick, estabel. do texto latino e tr. de Douglas F.S. Thomson, Cambridge University Press, 1988.

³⁰ Trata-se da tese de Fernando Suárez, *Francisco Sanchez y el escepticismo de su tiempo*, Madrid, Dobbarrio, 1985.

pretação do seu cepticismo e do seu propósito inovador de anunciar um novo método de saber"³¹.

Avulta também, no conjunto dos escritos de Lúcio Craveiro, o trabalho "Concepção e direitos dos povos descobertos segundo a doutrina peninsular" (1983); partindo de Bartolomé de las Casas, demora-se especialmente na obra de Vitoria (desenvolvida em Salamanca), Francisco Suárez (na Universidade de Coimbra) e Molina (em Évora). O merecimento de Vitoria está em ter sido "o primeiro a tratar os povos indígenas como sujeitos de todos os direitos que lhes confere a consideração da sua dignidade humana e os reconhecer como participantes, em pé de igualdade, da comunidade internacional"³²; contudo, é aos dois mais ilustres representantes das Universidades de Coimbra e Évora, respectivamente Suárez e Molina, que se deve a explanação de que a superioridade de civilização não é "título suficiente da expansão colonial"³³. Assim, torna-se patente o valor excepcional da doutrina peninsular quer porque o reconhecimento e a defesa dos direitos dos povos descobertos são afirmados, pela primeira vez, numa perspectiva inédita que criou o Direito Internacional, quer ainda porque nasceu em claustros universitários das duas nações europeias que mais contribuíram para os Descobrimentos; além disso, "não só o título de civilização, que analisámos, mas todo o conjunto doutrinal do direito internacional criado por Vitoria, Suárez e Molina serão doravante o fio de prumo a que se terá de recorrer para formular e resolver adequadamente os conflitos e demais relações e direitos de todos os povos no plano internacional"³⁴.

Em "Originalidade da escola conimbricense em filosofia" (1959), estudo breve mas incisivo, mostra como a primeira metade do século XVI foi uma época de transição no domínio do pensamento; as escolas tradicionais enleavam-se, com frequência, em questões de autoridade e problemas insignificantes, "esquecido o impulso original dos grandes pensadores"; na filosofia escolástica dominavam o escotismo, o nominalismo e o tomismo (tendo Cajetano e o Ferrariense como os melhores comentadores, e vigorosamente renovado por Vitoria, em Salamanca). Neste quadro, a Escola de Coimbra manifesta novas preocupações, desenvolvendo a sua actividade filosófica e estruturando os seus métodos em torno do aristotelismo, tomismo e tendência experimental; assim, a reflexão filosófica dos conimbricenses fez-se dentro da Escolástica, manifestando-se então também nela "as vantagens e inconvenientes de uma filosofia de

³¹ "Actualidade de Francisco Sanches, Filósofo", *o.c.*; em *EFCP*, 92.

³² "Concepção e direitos dos povos descobertos segundo a doutrina peninsular", *Brotéria: Revista Contemporânea de Cultura*, 117 (4) Outubro 1983, 299-309; em *EFCP*, 103.

³³ *Ib.*, 105.

³⁴ Cf. *EFCP*, 107.

criação colectiva"³⁵. No entanto, a orientação ao ensino é um dos rasgos que se evidenciam no fulgor desta Escola; se este condicionalismo limitava, em parte, a espontaneidade criativa, a verdade é que lograram "tanta perfeição num género tão difícil" que os seus cursos se impuseram "por isso mesmo a toda a Europa" e chegaram "a ser traduzidos na China". Com efeito, "o seu êxito na história da filosofia deve-se (...) ao facto de a Escola Coimbrã ter criado um método próprio de expor a filosofia e de ter consciência disso. Ultrapassando o sistema de comentários, como era costume até então, renovou o método e adoptou o novo conceito de «curso». Por isso a sua exposição é mais clara, rápida e metódica, desenvolvem a filosofia de uma maneira mais independente da teologia, simplificam os assuntos, inserem o texto grego no seu curso para manter o aluno em contacto com as fontes, actualizam as matérias com a exposição da opinião dos autores que as versaram e a discussão dos resultados dos novos avanços científicos. Além disso há a relevar a independência e isenção com que tratam esses assuntos; o argumento de autoridade, tão em voga nas escolas do tempo, era relegado pelos Conimbricenses (...) para o seu devido lugar"³⁶. Este espírito metodológico renovador procedia segundo uma consulta e interpretação directa dos autores, relegando citações indirectas, e analisando as questões mais de raiz, dirigida pela experiência e pela reflexão pessoal.

De grande valia historiosófica é também o longo estudo "Serafim de Freitas, antagonista de Grócio" (de 1955), que desvela a personalidade e o fulgurante reflexo da obra do seiscentista, que infirma o *Mare liberum* de Grócio. "Não nos esqueçamos que a obra de Serafim de Freitas é sobretudo polémica e procurava destruir a tese de Grócio, que defendia sem limites a plena liberdade da navegação dos mares e dessa tese geral deduzia que, por isso, também a navegação dos mares das Índias era livre. Ora Freitas mostra que os argumentos de Grócio são contestáveis e sobretudo frisa que, em muitas circunstâncias, todos admitem o *Mare clausum*. Tal é o caso dos mares costeiros, pois consideram-se pertença do Estado as 3 milhas ou mais do mar junto da costa"³⁷. Ora, com o cotejo das ideias dos dois autores, Lúcio Craveiro da Silva infere que, se no pensamento de Grócio, a navegação livre dos mares cairia sobre o direito natural de primeira ordem, Serafim de Freitas, ao invés, argui que pertenceria ao direito natural de segunda ordem, isto é, ao direito natural cuja aplicação varia segundo as circunstâncias das coisas a ele sujeitas, mostrando que – e cito –

³⁵ "A originalidade da Escola conimbricense em Filosofia", *Itinerarium*, 6 (27) Janeiro-Março 1960, 11-18; em *EFCP*, 114.

³⁶ *Ib.*, 115.

³⁷ "Serafim de Freitas, um jurista português antagonista de Grócio", *Scientia Juridica*, 3 (1954), 655-660 e 4 (1955), 84-92; incl. em *EFCP*, 141.

"no campo da filosofia jurídica a resposta do jurista português é convincente e o seu ponto de vista ainda hoje mantém a sua actualidade no Direito Internacional"³⁸.

Sobre Inácio de Monteiro, uma das figuras centrais na evolução da cultura portuguesa do século XVIII, deve referir-se o trabalho, concluído em 1973, que percorre o período de formação em Évora, Porto e Coimbra, à presença de Inácio Monteiro na Universidade de Ferrara, quer desempenhando as funções de Prefeito de estudos, quer na reforma da organização do ensino que implementou (em 1797). O Professor Lúcio Craveiro, com copiosa incursão nos textos, revela "a ampla síntese das ciências e, em parte, da filosofia do tempo" que esse "último conimbricense" realizou, e como, "apesar da sua invulgar formação matemática e científica, nele as ciências e a matemática (...) são analisadas sobretudo como base e esteio para as soluções filosóficas"³⁹.

Sobre o influxo do positivismo de Herbert Spencer em Portugal, aliás em grande parte por estudar, temos o estudo de "Silvestre de Moraes, filósofo", cujo sistema determinista evolutivo, focando em especial as relações que este autor apresenta na sua vasta obra, mormente as relações entre a ciência e a filosofia, a classificação das ciências, a sua concepção do universo e da vida (evolucionismo, mecanicismo e vitalismo) e o problema religioso. No entanto, Lúcio Craveiro mostra como Silvestre de Moraes aceita a posição evolucionista central de Spencer, embora por vezes dela se distanciando; para Silvestre de Moraes, é reagindo entre si que filosofia e ciência se vão exercitando, definindo os métodos, os sistemas e os processos da vida, derivando uns dos outros e completando-se reciprocamente. "Silvestre de Moraes não admite soluções simplesmente abstractas (metafísicas) nem simplesmente concretas (empiristas); aceita apenas as soluções que ele chama abstracto-concretas com que baseia a sua filosofia da ciência que se resume numa interpretação evolucionista do universo e da vida (vitalismo)"⁴⁰. Na verdade, "o Universo forma um todo, vivo, sem princípio nem fim, matéria e energia, que se vai manifestando indefinidamente em múltiplas formas. Por isso as nossas explicações estáticas (apenas o presente) são ilusórias e simbólicas; para encontrar explicações objectivas temos de recorrer também ao passado e ao futuro, o que só se encontra nas ciências e na filosofia conjuntamente"⁴¹. Sobre o problema religioso, é manifesto o influxo de Spencer, para quem tanto a ciência como a religião têm caracteres comuns, e são incapazes de atingir o absoluto, que é *incognoscível*, por natureza.

³⁸ *Ib.*, 150.

³⁹ "Inácio Monteiro: significado da sua vida e da sua obra", *Revista Portuguesa de Filosofia*, 29 (3) Julho-Setembro 1973, 229-266; incl. em *EFCP*, 186.

⁴⁰ *Revista Portuguesa de Filosofia*, 45 (1) Janeiro-Março 1989, 32.

⁴¹ *Ib.*, 34.

"Filosofia e poesia em Teixeira de Pascoaes" é um vibrante trabalho, sobre a obra multifaceta do pensador que abandonou a cidade e a própria profissão para se dedicar à sua missão de escritor e se embrenhar, de alma e coração, nas montanhas do Marão, atento apenas aos apelos do seu mundo interior, rico de imaginação e inspiração criadora⁴². A poesia é, então, teoria do conhecimento, é uma poética ou forma de conhecer ao lado da ciência; enquanto esta é uma forma elementar do saber, a poesia penetra na essência das coisas. Para além da existência, que é domínio da ciência, a poesia atinge a vida e revela a verdade. Se "já Leonardo Coimbra, por exemplo, observou a confusão por ele estabelecida entre infinito e indefinido, e poderíamos acrescentar as deficiências do seu conceito de finalidade ao analisar o sentido da vida, o desconhecimento da analogia ao estabelecer problemas ontológicos", mas encarada a obra enquanto criação poética, "temos em Pacoas o poeta mais rico e coerente da nossa história literária e filosófica"⁴³.

Também sobre o filósofo acabado de referir – Leonardo Coimbra –, mostra que "foi uma figura de excepção na nossa tradição filosófica. Excepção, porque foi um filósofo original que criou um sistema próprio, pois a maioria dos nossos pensadores geralmente pouco ultrapassam a repetição de influências estranhas. Espírito rico de preocupações metafísicas, alicerçado numa vasta erudição, foi em Portugal o principal antagonista do positivismo e da sua decadente filosofia e, por isso, lhe ficámos devendo, em grande parte, a reacção que muito contribuiu para criar entre nós ambiente favorável à especulação e à renovação universitária do ensino da filosofia. E, caso ainda mais raro na nossa tradição filosófica, criou escola e a sua irradiação germinou viva primeiramente nos seus discípulos"⁴⁴. Aí considera como Leonardo Coimbra desenvolve a sua análise partindo do fundo biopsicológico, etnográfico e histórico do povo russo, a crítica ao cientismo fechado em que assentou um poder totalitário que se exibiu como solução humana completa, por isso mesmo votado ao fracasso – o que confere à obra um carácter premonitório hoje confirmado.

Se apenas vamos mencionar trabalhos como "O agostinismo político no "Speculum Regum" de Álvaro Pais"⁴⁵, "Polémica entre Suárez e Vásquez, sobre o "Diligere Incipiunt"⁴⁶, "Silvestre Pinheiro Ferreira, significado e itinerário da

⁴² Em *Pascoaes*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1980, 179-184; cf. *EFCP*, 221 (221-228).

⁴³ Cf. *EFCP*, 227-228.

⁴⁴ "Considerações em torno de «A Rússia de hoje e o homem de sempre»", em *Filosofia e ciência na obra de Leonardo Coimbra*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1994, 11.

⁴⁵ *Brotéria: Revista Contemporânea de Cultura*, 79 (2-3) Agosto-Setembro 1964, 141-147; incl. em *EFCP*, 49-56.

⁴⁶ *Theologica*, 2ª s., 7, 1972, 489-499.

sua obra filosófica"⁴⁷, "José Agostinho de Macedo, a sua tentativa filosófica e a "Demonstração da existência de Deus"⁴⁸, "Filosofia perene e a Escolástica actual"⁴⁹, "Relendo a Rússia de Hoje e o Homem de Sempre de Leonardo Coimbra"⁵⁰, e o importante trabalho "Philosophie au Portugal"⁵¹, "Filosofia portuguesa actual: esboço histórico valorativo"⁵², as análises que faz sobre "Paul Valéry, filósofo"⁵³, "Filosofia crítica de Meyerson"⁵⁴, bem como um valioso acervo de ensaios literários, onde avultam "Nótulas de estética camoneana: os Lusíadas como epopeia"⁵⁵, "A saudade em António Vieira"⁵⁶, "Aquilino Ribeiro e o seu pesadelo: notas de crítica"⁵⁷, "O classicismo e a "Escola Nova" poética"⁵⁸, é porque o âmbito deste trabalho o não permite, e não poderíamos terminar este apartado sem aludir, embora sucintamente, ao seu livro *Antero de Quental: evolução do seu pensamento filosófico*⁵⁹, publicado em 1959, e que em boa hora surgiu de novo a público, em 1992, em 2ª edição aumentada.

Eis aqui um livro denso e, ao mesmo tempo, sereno, cuja profundidade temática e rigorosa hermenêutica dos textos, o tornam uma referência basilar nos estudos anteriores. Presenteando o mel do vasto favo documental revolvido, o Professor Lúcio clarifica, logo de início, as influências exercidas, desde as leituras de Quinet, Michelet, Taine, Feuerbach, etc., que desencadearam uma "revolução interior" em Antero, aliciada por "uma nova problemática" [que] surgiu no seu espírito, dando às suas perspectivas intelectuais, caldeadas com o fogo da sua juventude e do seu temperamento, o estremecimento da inovação e

⁴⁷ *Revista Portuguesa de Filosofia*, 11 (3-4) Julho-Dezembro 1955, 613-619; apresentado anteriormente no Congresso Internacional de Filosofia de São Paulo, 1954 e publicado em *Anais*, Instituto Brasileiro de Filosofia, 1956, 1147-1152; incl. em *EFCP*, 191-197.

⁴⁸ Coimbra, Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, 1957; incl. em *EFCP*, 199-209.

⁴⁹ *Revista Portuguesa de Filosofia*, 16 (2) Abril-Junho 1960, 208-217; incl. em *EFCP*, 211-220.

⁵⁰ *Revista Portuguesa de Filosofia*, 48 (2) Abril-Junho 1993, 358-361; publicado também em *Filosofia e Ciência na obra de Leonardo Coimbra*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1994, 11-16.

⁵¹ Em *Les grands courants de la pensée mondiale contemporaine: panoramas nationaux*, vol. II, Milão, Marzorati Editore, 1958, 1039-1066.

⁵² *Revista Portuguesa de Filosofia*, 14 (3-4) Julho-Dezembro 1958, 397-416.

⁵³ *Revista Portuguesa de Filosofia*, 12 (2) Abril-Junho 1956, 151-162.

⁵⁴ *Revista Portuguesa de Filosofia*, 14 (2) Abril-Junho 1958, 113-122.

⁵⁵ *Brotéria: Revista Contemporânea de Cultura*, 32 (10) Maio 1941, 486-502; incl. em *EFCP*, 117-130.

⁵⁶ *Colóquio: Revista de Letras e Artes*, 2 (9) Junho 1960, 60-62; incl. em *EFCP*, 131-136.

⁵⁷ *Brotéria: Revista Contemporânea de Cultura*, 30 (2) Fevereiro 1940, 195-204; incl. em *EFCP*, 229-238.

⁵⁸ *Brotéria: Revista Contemporânea de Cultura*, 28 (5) Maio 1939, 550-560; incl. em *EFCP*, 239-249.

⁵⁹ *Antero de Quental: evolução do seu pensamento filosófico*, Braga, Livraria Cruz, 1959; publ. em 2ª ed., Braga, Publicações da Faculdade de Filosofia da UCP, 1992.

da revolução"⁶⁰; depois, as influências de correntes filosóficas, desde o socialismo, mormente o socialismo proudhoniano, as correntes germânicas, em especial o contacto com o panlogismo hegeliano, a reacção antipositivista, "numa altura em que o positivismo triunfava em Portugal" – em parte devido ao germanismo de Antero, mas também "pela sua atitude menos complacente para com Teófilo de Braga, chefe do positivismo português"⁶¹.

Analisa então o pensamento filosófico de Antero, "desde o pessimismo ao moralismo intuicionista", com especial ênfase para a sua reacção antinaturalista; depois, num trabalho interpretativo original, caracteriza o que denomina de "antinomias anteriores", pondo em plena luz a estrutura dinâmica do pensamento do nosso Poeta-Filósofo, que se revela numa rica oposição interna que profundamente se desenvolveu naquele que, porventura, terá sido o maior esforço filosófico sistemático de todo o nosso século XIX; está depois em condições para, em capítulos ulteriores, esclarecer a progressão, por sínteses sucessivas, da metafísica à moral, patentizando, ao finalizar a primeira parte, o diálogo vivo e interior que se travou entre o investigador e a obra pesquisada, naquele que é um dos momentos de rasgada interioridade do livro. Não posso deixar de referir, na segunda parte, o capítulo "O sentimento moral e religioso na filosofia de Antero", onde o intento de libertação final supõe a moral e o sentimento religioso, que estão inscritos no âmago da filosofia de Antero, para o que são analisadas desde a reacção a Hegel à formulação da moral, que tenta desse modo explicar o sentido final da vida humana como, segundo Antero, "o momento último e mais verdadeiro". Entre os vários capítulos da obra estabelece-se uma rede de subtis relações, um permanente jogo de reflexos que se vão mutuamente iluminando e para cujo prazer de leitura mostrar-se-á útil algum conhecimento preliminar da matéria.

Esta obra completou-se com a publicação, em 1996, das *Novas cartas inéditas de Antero de Quental*, que importava "dar a conhecer quanto antes", não só porque "sob muitos aspectos reflectem ou confirmam o que já conhecíamos ou suspeitávamos pela restante correspondência" – "mas a confirmação de uma suspeita apresenta já interesse particular" –, mas ainda porque outras vezes se desvendam "horizontes novos de problemas conhecidos"⁶². Na "Introdução", Lúcio Craveiro da Silva explana acerca das vicissitudes históricas das Cartas que organizou e anotou, quer o pensamento anterior expresso nesses valiosos documentos agora expostos a público, desenvolvendo sobretudo a procura filosófica e metafísica, o hegelianismo como ponto de partida das espe-

⁶⁰ *Ib.*, 35.

⁶¹ *Ib.*, 45.

⁶² *Novas cartas inéditas de Antero de Quental*, intr., org. e notas de Lúcio Craveiro da Silva, Faculdade de Filosofia de Braga, 1996, 11.

culações filosóficas de Antero, o espírito religioso que nele anda ligado à metafísica, e a adesão à justiça social e nela ao socialismo de cariz proudhoniano.

De facto, nestas obras sobre Antero, como nos outros trabalhos sobre Filosofia em Portugal, o pensador e investigador Lúcio Craveiro da Silva fez mudar a face dos estudos filosóficos da historiografia portuguesa, contribuindo assim decisivamente para uma melhor compreensão da nossa tradição e, portanto, do Portugal em que vivemos.

3. Estudos de *Ética e Filosofia Social e Política*

Neste domínio releva especialmente a dimensão prospectiva da sua obra, onde, como tema transversal e recorrente, discerne os pilares conceptuais da civilização actual, que nasceram na Grécia, em Roma e no Cristianismo, confluindo no ideal da Pessoa Humana, mas que depois se fundiram na consciência europeia e floresceram ao longo da História.

Apraz-me referir os interessantes estudos "Introdução à filosofia moral"⁶³, "Fundamentação da filosofia moral"⁶⁴, "Filosofia dos Valores e Tomismo"⁶⁵, "Consciência"⁶⁶, o *Cursus philosophiae moralis*⁶⁷, "O ensino da Ética na tradição cultural de Coimbra e de Évora"⁶⁸, bem como a inesperada e perscrutante pesquisa sobre "A ética nos provérbios populares portugueses"⁶⁹; nessas publicações, o facto moral é visto como *problema* (superando o positivismo), é fundamentada quer a autonomia da moral (e não, como queria Kant, como um começo absoluto, sem fundamento objectivo), quer a sua essencial heteronomia, na medida em que, pela consciência se nos impõe uma conformidade dos actos com as exigências da natureza humana (contra Bergson), que nos increpa quando a nossa actividade delas se aparta; se o existencialismo se queda numa descrição fenomenológica, e dá razão das exigências com que a natureza humana racional se manifesta na consciência, estes estudos revelam a força propulsora

⁶³ *Revista Portuguesa de Filosofia*, 10 (4) Outubro-Dezembro 1954, 443-455; incl. em *EFCP*, 281-292.

⁶⁴ *Revista Portuguesa de Filosofia*, 11 (3-4) Julho-Dezembro 1955, 165-172; incl. em *EFCP*, 293-300.

⁶⁵ *Brotéria: Revista Contemporânea de Cultura*, 28 (6) Junho 1939, 605-610; incl. em *EFCP*, 301-306.

⁶⁶ *Brotéria: Revista Contemporânea de Cultura*, 29 (6) Dezembro 1939, 527-532.

⁶⁷ *Cursus philosophiae moralis*, Bracarum, Pontificia Facultas Philosophica, 1954.

⁶⁸ *Brotéria: Revista Contemporânea de Cultura*, 74 (3) Março 1962, 262-269.

⁶⁹ *Revista Portuguesa de Filosofia*, 13 (3) Julho-Setembro 1957, 303-311; incl. em *EFCP*, 331-338.

do ideal ético que postula a metafísica como esteio⁷⁰, a Transcendência como fundamento, criando universos de sentido que radicam na dignidade da pessoa humana. "Pensar o homem", foi o seu lema, que é, afinal, para usar a expressão de Paul Ricoeur, a mais radical e essencial "perspectiva da prospectiva".

Particularmente ilustrativo do recorte premonitório e humanista da sua obra é o estudo "Filosofia e teologia da técnica"⁷¹, versando um tema acerca do qual, só após a década de setenta, a bibliografia filosófica internacional exhibe os principais estudos. Inscrito numa perspectiva filosófica, é aí também analisada a ambivalência humana da técnica: "O homem é rei pelo espírito, mas não é apenas um espírito. O homem completo é um espírito encarnado num corpo e o corpo está em ligação íntima e fundamental com a terra. Assim como o espírito não vive sem o corpo, este não vive sem a osmose constante com a natureza. (...) A terra participa, portanto de um destino, assume uma função especial no homem. Como seu corpo, substancialmente unido a ele, dá-lhe a matéria que o torna homem; como matéria ao serviço do corpo e por ele ao serviço do espírito, dá-lhe uma significação humana, uma finalidade definida"⁷². Contudo, a técnica subtrai-se quantas vezes a esta finalidade, dirigida pelas forças irracionais da avidez e do lucro desenfreado: "Deste modo a Técnica começou a fazer parte da tragédia humana. Os homens trabalham por dever e por necessidade e experimentam nesse trabalho a satisfação da sua vida e a alegria da sua consciência. Mas muitas vezes esse trabalho e essa técnica, ao envolverem-se na rede iníqua da má organização social, participam, consciente ou inconscientemente, das injustiças e dos crimes e aumentam assim o drama da história humana, colaborando nos males que a afligem"⁷³. Todavia, o sentido da técnica inscreve-se ultimamente numa significação teológica, que confere "uma visão completa que a matéria e a técnica devem ocupar na história terrena do homem", que o Cristianismo permite esclarecer.

Outro tanto se pode dizer do trabalho que data de 1975, "Marxismo, filosofia da libertação"⁷⁴, que perscruta a amplitude e o afã de libertação humana de que essa corrente filosófica se tornou eco na época contemporânea, mas avaliando igualmente as suas limitações: "Assim apuramos um dos pontos mais curiosos e mais reveladores do pensamento marxista. Por ele a *praxis* consegue, por uma espécie de dialéctica interna, moldar e revirar as relações habituais do pensamento e da acção. Enquanto que a *filosofia do ser* costumava pôr primeiro

⁷⁰ Cf. "O valor da metafísica: à margem duma entrevista", *Brotéria: Revista Contemporânea de Cultura*, 27 (4) Outubro 1938, 241-251; incl. em *EFCP*, 351-363.

⁷¹ *Revista Portuguesa de Filosofia*, 15 (2) Abril-Junho 1959, 149-162; incl. em *EFCP*, 339-352.

⁷² *EFCP*, 341.

⁷³ *EFCP*, 346.

⁷⁴ *Revista Portuguesa de Filosofia*, 31 (2) Abril-Junho 1975, 155-168; incl. em *EFCP*, 365-378.

o pensamento, o princípio, e dele deduzir as consequências práticas, a *praxis* coloca a acção como princípio do pensamento. À crença na ideia a filosofia marxista opõe a filosofia da realização. Não basta estudar, analisar, compreender o seu tempo, como quem diz, por fora. É necessário sobretudo dar-se, corpo e alma, à sua transformação, e esta só pode vir do movimento de massa. (...) Assim chegamos a uma concepção essencialmente prática da ciência e da cultura: a ciência não é aquela contemplação que julgavam os gregos. Ela é, pelo contrário, eficaz, trabalhadora e, se assim se pode dizer: um ímpeto de conquista"⁷⁵. Demorando-se na análise do pensamento marxista nos seus vários ângulos, indaga como "o sistema marxista, para realizar os seus objectivos económicos e sociais, acumula tais poderes nas mãos do Estado que parece incompatível com a concepção de liberdade tal como a Europa a criou e modelou ao longo dos séculos. Por isso, para o homem ocidental, o colectivismo marxista põe o problema do poder político em termos quase insolúveis. A organização da produção marxista não encontrou outro meio de realizar-se senão pela ditadura e organização policíaca do Estado, que vigia e fareja todos os recantos da economia e da vida particular. Tal sistema de pressão política está na tradição das tiranias orientais desde Babilónia ao Egipto, desde os Bárbaros a Estaline, mas repugna vivamente à tradição livre dos outros povos"⁷⁶. O estudo, ilustrado com inquirições sociológicas, constitui um trabalho prospectivo que se lê ainda melhor hoje que ontem.

É hoje também do maior interesse reler o seu trabalho "Comunidade internacional, comunidade europeia e soberania nacional"⁷⁷ (1957), conjuntamente com aqueloutro, escrito dois anos depois, "Fundamentação do direito de associação (O princípio de subsidiariedade)"⁷⁸, especialmente densos em conteúdo e ricos em prospectiva. Desde logo, sobre o princípio de subsidiariedade – hoje tão apregoado –, temos páginas (escritas em 1959), que merecem hoje ser lidas, donde extraio a seguinte passagem: "Ensina-nos o princípio de subsidiariedade e a experiência que sempre que uma sociedade superior assume as funções de uma sociedade inferior, fora da esfera do bem comum, isto é, quando uma sociedade superior quer realizar por si um bem mais particular do que o exigido pela própria finalidade, a sociedade civil ficou sempre menos próspera e mais empobrecida"⁷⁹. Também aqui Lúcio Craveiro da Silva auscultava os sinais dos tempos, perscrutando os designios da história; e, em 1957, com sabedoria serena,

⁷⁵ *EFCP*, 371.

⁷⁶ *EFCP*, 376.

⁷⁷ *Revista Portuguesa de Filosofia*, 13 (2) Abril-Junho 1957, 113-124; incl. em *EFCP*, 319-329.

⁷⁸ *Scientia Juridica*, 8 (39-41) Janeiro-Junho 1959, 9-19; incl. em *EFCP*, 307-317.

⁷⁹ *Ib.*, 313-314.

medular do exercício filosófico, escrevia: "Hoje os Estados vão reconhecendo, muitas vezes obrigados pelos rudes golpes da experiência, a sua impotência para satisfazer grande parte das necessidades humanas; a tese absoluta das soberanias nacionais prometeu mais do que pôde oferecer"⁸⁰.

Profundamente conhecedor de que a história europeia é marcada por uma sucessão de renascimentos, conclui assim, em 1957, a sua análise: "A unidade europeia, como passo para uma sociedade mais universal, deve realizar-se, portanto, numa unidade crescente, conciliada com o respeito das diversas riquezas particulares. Assim como uma harmonia não é feita de uma só nota, assim a perfeição da vida comum deve contar com a colaboração dos indivíduos e dos diferentes grupos, para formarem um concerto universal da comunidade humana"⁸¹.

Um dos arquitectos da obra de Lúcio Craveiro é a "questão social". Já em 1948 havia escrito sobre "A questão social e o problema da produção"⁸²; em 1973, no trabalho publicado sobre a questão social⁸³, esta é examinada como fundacional da sociedade contemporânea: "Quando as forças políticas, económicas e sociais perdem a estabilidade, nasce um conflito e o corpo social entra em desequilíbrio (patológico). Este desequilíbrio, nos mais diversos aspectos, é a questão social em sentido amplo e foi um problema de todos os tempos. Mas a expressão "questão social" nasceu em meados do século XIX com sentido preciso: refere-se ao conjunto de problemas que agitam a sociedade no mundo da economia e do trabalho provocando tensões entre os diversos factores de produção (capital-trabalho) por causa dos bens distribuídos com desigualdade ou injustiça". Na óptica do capitalismo liberal, o factor trabalho é "estranho ao sentido, à finalidade e à direcção da empresa capitalista, que continua a ser privilégio exclusivo dos proprietários do capital; por isso, apesar das notáveis melhorias da sorte dos trabalhadores, o fundo da questão fica por resolver: a dignidade da pessoa humana não é suficientemente reconhecida (o trabalhador permanece estranho à empresa de que é peça anónima e substituível, e à obra de que no entanto é também co-autor) e a sua promoção não é facilitada num regime económico que retém à margem da empresa um dos principais criadores da sua produção. Por outro lado, na solução colectivista, o problema também não foi resolvido. Suprimiu-se de facto a dualidade capital-trabalho mas apenas para substituir o capital pelo Estado. Houve uma vantagem: os benefícios da empresa não vão já tanto para uma minoria de privilegiados. Mas para o trabalhador o

problema subsiste: embora a sua segurança seja talvez melhor estabelecida, foi-o à custa de um doloroso cerceamento da sua liberdade (visto que a sua actividade é rigorosamente planificada) e de uma ausência de responsabilidade igual à do regime capitalista. O carácter anónimo do Estado e a grande centralização das suas decisões mantêm o trabalhador à margem da empresa"⁸⁴. Assim, se aí avalia as insuficiências e contradições do liberalismo individualista económico, o intervencionismo colectivista merece condenação homóloga. A solução apresentada, essa já o Professor Lúcio Craveiro da Silva a havia proposto vinte anos antes, nos livros *A idade do social* e *O movimento operário*⁸⁵.

Este último, publicado em 1957, resulta duma demorada reflexão sobre a promoção da classe operária – o Professor Lúcio Craveiro fez, então, no Centro e no Norte do País, mais de trinta conferências sociais –, tema inusitado no tempo, partindo igualmente da averiguação concreta dos factos sociais, aliando o labor de sociólogo ao da filosofia social. Como escreve, "sempre existiu na história, mas desde há século e meio que se manifesta com especial violência. Até 1914 muitos não viram a sua importância; hoje todos se dão conta de que este movimento surge com uma força ineludível. Pode tentar-se desviá-lo, mas não se pode ignorar, pois é um dos fenómenos mais persistentes e mais flagrantes da questão social, na actualidade. A finalidade deste movimento é a libertação, desenvolvimento e realização da pessoa humana do operário na indústria e no campo, no aspecto económico, cultural e moral-religioso. (...) Tentar resolver a questão operária com fórmulas e projectos que desconheçam as direcções, a força evolutiva e as reivindicações do movimento operário encerra o grande perigo de se cair num automatismo e num extrinsecismo que deixa intactas essas reivindicações e, portanto, passa à margem do movimento sem o envolver nem solucionar"⁸⁶. Indagando a força propulsora do proletariado, disserta sobre as várias concepções do trabalho – desde a pagã, à do individualismo liberal, do marxismo, do cristianismo –, analisa o movimento operário na Europa e a questão operária em Portugal, após o que esta é situada no quadro da indústria. Aqui enfrenta duas realidades, um problema, três soluções; duas realidades: a empresa e a profissão na qual se compreendem padrões e operários; um problema: a cooperação e o entendimento mútuo; três soluções: a empresa capitalista-liberal, a empresa colectivista, e a empresa humana e comunitária. Realidades, problema e soluções, onde o leitor tem dificuldade em dizer o que mais apre-

⁸⁰ *EFCP*, 325.

⁸¹ *Ib.*, 329.

⁸² *Revista Portuguesa de Filosofia*, 4 (3) Julho-Setembro 1948, 272-282; com o título "La cuestion social y el problema de la producción", que publicou também em *Boletín de Estudios Económicos*, Bilbao, 13-15, 1948, 18-21.

⁸³ "Questão Social", em *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 15º, Lisboa, Ed. Verbo, 1973, cols. 1539-1543.

⁸⁴ *Ib.*, col. 1539-1541.

⁸⁵ *O movimento operário*, Braga, Livraria Cruz, 1957.

⁸⁶ *Ib.*, 10-12.

ciar, se o acervo dos dados, se a erudição esmagadora do Autor, se a lucidez prospectiva da solução.

Verdadeiramente fascinante é estoura obra, *A idade do social*⁸⁷ (de 1952, com uma 2ª edição aumentada em 1959). Escrever, então, sobre “a idade do social” é, por si, já um acto científico criador. Numa articulação estreita entre o trabalho do sociólogo – examinando o vigoroso e variado fluxo dos factos sociais – e a reflexão filosófica – como é mister do seu trabalho como pensador –, inspirando-se na doutrina social da Igreja, e inseridos nas correntes filosóficas atinentes, são analisados, desde o social na propriedade e na produção, a concorrência, as razões e limites de intervenção do Estado no campo económico-social, a estratégia da emulação e do estímulo, o direito ao trabalho, a formação do salário e a previdência social, o direito de associação – todo este vasto edifício do social subsumido nos problemas iminentes da vida internacional, dilucidados com percuciência e numa óptica de sobredeterminação funcional dos fenómenos sociais.

O estudo, nas suas 286 páginas, reveste-se de particular importância, porque o seu objecto concerne às diferentes fórmulas de equilíbrios sociais, e, paralelamente, à análise e descrição dos factores que contribuíram para as crises e mudanças das estruturas sociais; isso explica porque o livro é adoptado como referência básica em escolas universitárias do País; nele, os parâmetros de índole epistemológica são associados a uma sábia articulação entre o factual e o sistémico; é que se estudam “as causas que desencadearam o facto mais característico da história actual: o homem colectivo e a nova ordem social”. Porque se o social parece estar por toda a parte, permanece particularmente enigmático. Enigmático, mas o social existe: domínio do universal e do particular, gerador de funções e disfunções institucionais, mobilizador de energias, eixo de competências específicas, motor de reivindicações, cruzamento de lutas, simulacro de sistemas e estruturas, o social cria expectativas, desencadeia conflitos, desfaz planificações, exaspera os tecnocratas, rasga novas políticas.

Como sociólogo exímio e inscrito nas grandes correntes filosóficas, não é apenas da estática social que Lúcio Craveiro da Silva trata no seu vasto estudo; é isso, mas no conúbio das suas fusões e interdependências, no afrontamento do estático e do dinâmico; é aqui que melhor se mede a grande mestria da obra: incide *no* e *sobre* o social, mediante o permanente estímulo duma atitude indagadora, como é próprio da pesquisa filosófica, que a sua obra não só fielmente repercute, mas suscita ainda na criação de um autêntico discipulado, a que me honro de pertencer. Trata-se de passar, quanto é possível, do vivido ao sabido, do “social praticado” ao “social conhecido”; transitar do “social tal como apare-

⁸⁷ *A idade do social: ensaio sobre a evolução da sociedade contemporânea* [1952], Braga, Livraria Cruz, 1959, 2ª ed. aum.

ce” ao “social tal qual é” – o que supõe uma inquirição retroactiva ininterrupta entre o *como* e o *porquê*, entre a incontornável análise conceptual e as exigências não menos incontornáveis da acção –, é dissipar progressivamente o carácter enigmático do social, por um processo que o filósofo francês Louis Althusser hoje designa por “apropriação cognitiva”, em que o real é visto na sua multilateralidade, nos fluxos e refluxos influtivos, nas suas interdependências. Se não é possível acompanhar mais, nesta breve súpula, a variegada temática do Autor no seu livro, há que reconhecer que, neste foro, foi atingido um tal perfectismo e uma tão fundada solidez, que, quase diria, inigualáveis.

Pensar a Universidade

Por último, o Professor Lúcio Craveiro da Silva, que é pensador, investigador, ensaísta, que foi persistente artífice de Universidades, é também um pensador acerca da Universidade, a que dedicará – segundo sei – a última parte duma obra que tem em vias de conclusão.

Um dos aspectos que se evidencia na sua obra, é este: o Professor Lúcio Craveiro da Silva foi um artífice de inovação na Universidade. Já em Évora, onde foi Director do Instituto Superior Económico e Social (1964-1971), ousou criar o Curso de Gestão de Empresas, implementando uma ideia que, de há muito, o inquietava: “Não basta, para isso, dominar o mecanismo extrínseco dos negócios: é preciso infiltrar nas suas mentes a mais perfeita inteligência da significação social, económica das actividades comerciais, industriais e de política económica, e o importantíssimo papel que o empresário representa na evolução da sociedade moderna. Para se obter este desiderato, seria fundamental combinar um plano de estudos, em que à formação completa nas ciências económicas, financeiras, sociais e administrativas, se juntasse suficiente preparação jurídica (comercial e sobretudo fiscal), suplemento indispensável para a inteligência e solução dos problemas que diariamente se põem ao director de empresas”⁸⁸. Se, então, ousou criar esse curso, teve de enfrentar resistências e dificuldades, tendo-lhe a História, contudo, mais tarde, dado razão, com a implantação actual destes cursos a nível nacional.

Na Faculdade de Filosofia de Braga, onde iniciou o seu magistério nos domínios da Ética e da Filosofia Social, da Filosofia do Direito, da História da

⁸⁸ “O factor humano e o progresso industrial em Portugal”, *Brotéria*, 47 (2-3), Agosto-Setembro 1948, p. 150. Por isso acrescenta ainda que, “no estrangeiro, essas faculdades são, em muitas partes, frutuosa realidade, e quando orientadas por um critério eminentemente prático têm dado excelentes resultados, a ponto de seus alunos serem disputados pelos bancos e por empresas industriais e comerciais” (*ib.*).

Filosofia Antiga e Medieval – e também, nessa época, no Centro de Estudos Humanísticos anexo à Universidade do Porto –, na Faculdade de Filosofia – dizia – foi Director de 1952-1958, de novo de 1971-1976, e novamente de 1986-1994. A sua obra nessa Instituição está hoje à luz do público, onde os estudos filosóficos e humanísticos atingiram o auge da sua irradiação; no termo do cargo de Director deixou como legado o Curso de Filosofia e Desenvolvimento da Empresa, também este objecto de escolhos que superou, mas que é uma experiência inédita em Portugal, na sequência de projectos afins que se têm implementado, com muito êxito, nos Estados Unidos e em vários países da Europa⁸⁹; creio que também aqui a História lhe dará razão.

Para além dos cursos a que já me referi na Universidade do Minho, quer como Presidente da Unidade Científico-Pedagógica de Letras e Artes quer da Unidade Científico-Pedagógica de Ciências Sociais, é de toda a justiça salientar o seu papel como mentor dos Cursos de Relações Internacionais, nas suas duas vertentes (“Relações Culturais e Políticas” e “Relações Económicas e Políticas”) – os primeiros criados em Portugal – hoje disseminados noutras instituições universitárias; aqui a História já lhe deu razão.

Na Universidade do Minho, foi o criador e o primeiro Presidente da Unidade Científico-Pedagógica de Letras e Artes – hoje, Instituto de Letras e Ciências Humanas –, e dirigiu as várias comissões que instalaram os cursos de Letras nesta Universidade. Ao actual Presidente do Instituto de Letras e Ciências Humanas, faltam-lhe os dotes para analisar com a mestria e acutilância requeridas, a projecção da obra e do pensamento deste insigne Mestre, pensador e investigador exímio, pedagogo acutilante de pendor nitidamente socrático, que, se ontem foi o arquitecto e obreiro desta Escola, hoje continua a engrandecê-la, ora com valiosos trabalhos científicos, ora com autorizadas opiniões e uma experiência ímpar, não somente na Comissão Científica do Departamento de Filosofia e Cultura, como também no Conselho Científico do Instituto. Contudo, não é só o Instituto de Letras e Ciências Humanas que foi impregnado pela acção de-

⁸⁹ Com efeito, já afirmara em 1993: "Caindo na conta desta grande verdade, na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, (...) estão actualmente aproveitando alunos formados em filosofia para, junto com alguma formação económica e social, se dedicarem a aconselhar e mesmo a gerir grandes empresas para situarem os seus problemas de produção, trabalho e marketing nas complexas contingências políticas, sociais e económicas do mercado e competitividade internacional. Estas situações irrompem cada vez interdependentes e os especialistas, que por outro lado também são indispensáveis, conhecem apenas os seus aspectos e funções particulares. O filósofo economista está melhor preparado, pelos seus conhecimentos de base e pela maior capacidade de síntese e relacionamento, para ajudar a discernir as soluções mais convenientes. Se nos for permitido tentaremos também entre nós essa experiência e a Universidade Católica, sempre atenta aos sinais dos tempos, mais uma vez será pioneira" (Conferência proferida nos 25 anos da Universidade Católica, na Faculdade de Filosofia de Braga, intitulada "Faculdade de Filosofia, hoje"; incl. em *EFCP*, 276-277).

nodada do Professor Lúcio. É toda a Universidade do Minho que sentiu o seu impulso criador, Membro da Comissão Instaladora desde a sua criação, impulsionador também dos cursos de Ciências Sociais, de Gestão de Empresas e de Administração Pública, de Relações Internacionais, depois Vice-Reitor, Reitor eleito – o primeiro Reitor eleito numa Universidade portuguesa –, e actualmente membro do Senado Universitário, da Assembleia da Universidade, e Presidente do Conselho Cultural da Universidade do Minho. Se Lúcio Craveiro se refere, com valioso testemunho⁹⁰ e acutilância à Universidade do Minho, recorda também que houve na região significativos precedentes históricos⁹¹.

Aqui permita-se-me que dê a palavra ao Ministro da Educação que, em 1984, aquando do acto da sua jubilação, afirma em dado passo do Despacho ministerial de público louvor: "Quer como membro da Comissão Instaladora quer como Reitor, o Professor Doutor Lúcio Craveiro da Silva demonstrou invulgares qualidades de inteligência, senso, relacionamento e zelo, que foram da maior importância para o êxito do arranque e consolidação da Universidade do Minho, que, apesar da sua juventude, é uma das mais punjantes universidades portuguesas"⁹². Conforme se lhe referiu o Professor Vítor Aguiar e Silva, "tendo assumido o governo da Universidade num período de alguma conturbação e fragilidade internas, ele foi o Reitor da sabedoria e da prudência que soube serenar espíritos e congregar vontades, tendo justamente ganho uma autoridade moral que continua a ser um património inestimável da Universidade do Minho. Durante o seu reitorado, com firmeza e clarividência, deram-se passos muito importantes em matéria de planeamento e nos domínios da consolidação dos cursos de graduação e da abertura dos primeiros cursos de pós-graduação"⁹³. E se, há dez anos (em 1985), no Salão Medieval da Universidade do Minho, aquando da sua Jubilação e do acto de posse do seu sucessor, o Professor Lúcio Craveiro começou o seu discurso, dizendo que "estamos assistindo a um dos dias mais importantes, legalmente, do outono da vida", a história regista que esse pretense "outono da vida" fecundou eficazmente não só a primavera promissora desta Universidade mas expressa também uma consciência cívica dum obra⁹⁴ vivida intensamente.

⁹⁰ "O meu testemunho: a Comissão Instaladora e a Universidade do Minho", em *Vinte anos da história da Universidade do Minho*, o.c., 55-62.

⁹¹ "Guimarães, cidade universitária", em *EFCP*, 251-265.

⁹² Cf. *Diário da República*, II Série, nº 281, de 05/12/84, p. 11052.

⁹³ Vítor Aguiar e Silva, *Vinte anos de História da Universidade do Minho*, Braga, Universidade do Minho, 1994, p. 11.

⁹⁴ A tudo isto acresce ainda a sua obra pública: de 1969 a 1973, foi procurador à Câmara Corporativa, eleito pelas obras de assistência; de 1967 a 1974, foi membro da Junta Nacional de Educação; é sócio fundador da Sociedade Internacional Francisco Suárez (com sede em Coimbra

Artífice de Universidades, Lúcio Craveiro da Silva preocupou-se ainda por *pensar a Universidade*; seja-nos lícito trasladar, para estas notas cursivas, uma página duma das suas alocações, onde afirma: "Todos nos entendemos quando falamos de Universidade; mas é longa a discussão se a queremos definir. Dum modo geral, todos aceitamos pacificamente que ela é o lugar próprio de ensino de nível superior e dos altos serviços culturais e tecnológicos a prestar à comunidade. Mas esta é a descrição da sua face externa. Mais difícil, mas tentadora, é a exploração da sua face interna, do espírito que a impele, dos métodos que utiliza, do lugar que ocupa. A universidade floresce como centro vivo da Cultura, dentro da sociedade, e é sempre difícil definir a vida. Como a vida, ela recolhe todas as forças que a trouxeram ao presente, busca incessantemente a inovação que assegure o futuro, vive sempre alerta, na ânsia insatisfeita de desenvolver e criticar os valores do presente, sem perder os legados do passado nem comprometer a renovação do futuro. Investiga sem descanso, traça hipóteses de trabalho que julga pelos resultados da experiência, usa para isso um método rigoroso e crítico, está aberta à mais ampla e livre discussão dos problemas; nunca assenta, portanto, numa posição estática e definitiva. Neste sentido mais profundo se afirma que a Universidade é um lugar de crise fecunda, de luta construtiva, de criação incessante. E tudo isto é feito à luz do dia, perante uma sociedade em que se integra e serve, sem esperar recompensas senão as do dever cumprido e de uma vocação realizada".

E assim procedeu Lúcio Craveiro da Silva, com cuja cátedra nesta Universidade rejubilamos, que tudo fez "sem esperar recompensas senão as do dever cumprido e de uma vocação realizada". Como afirmou, em 1981, "o que buscamos, apenas, tenazmente, apaixonadamente, todos, é construir esta Universidade (...). Agradecemos sinceramente as críticas que nos ajudam; nós mesmos não estamos satisfeitos"⁹⁵.

No quadro geral da Univerdade, é natural que um Filósofo como Lúcio Craveiro estabelecesse as bases da missão de uma "Faculdade de Filosofia, hoje", inserida como deve estar nos caminhos do saber e das virtualidades hu-

e Granada); sócio fundador da Associação Jurídica de Braga e, actualmente, Presidente da respectiva Assembleia Geral (pela segunda vez, desde 1984); de 1984 a 1992, membro do Conselho Científico das Ciências Humanas do INIC, e actualmente da JNICT; foi também vogal do Centro de Estudos Demográficos (INE); foi Presidente do Conselho Geral do Hospital de S. Marcos; desde 1991 é Presidente do Conselho Consultivo do Arquivo Distrital; desde 1991, por eleição do CRUP, faz parte do Conselho Nacional para as Ciências da Vida; desde 1993, sócio ordinário do Instituto de Filosofia Luso-Brasileira; e, desde 1994, membro do Conselho Científico da Sociedade Martins Sarmento de Guimarães. Uma vasta acção que não se circunscreve ao nível universitário, mas de índole vincadamente cívica. É com toda a justiça que é Grande Oficial da Instrução Pública, e que recebeu a medalha de Honra-Ouro, do Município Bracarense, o que honra também as entidades outorgantes.

⁹⁵ Alocação na Universidade do Minho, em 1981.

manas da existência – como o fez em alocação ainda na qualidade de Director da Faculdade de Filosofia de Braga. Na verdade, "o pensamento e a inteligência possuem as suas leis e a filosofia oferece-as na Lógica e na epistemologia; o homem carece de beleza e a filosofia liga-se às artes e à poética pela Estética; o homem demanda transcendência e religião e a filosofia prende-se ao destino humano e seus valores religiosos pela Filosofia da Religião e da Teodiceia; o homem precisa de valores materiais e técnicos e o homem encontra o lugar desses valores na Antropologia Filosófica; enfim fundamenta a Ciência pela Cosmologia e Metodologia da investigação e missão da Ciência; liga-se à Ecologia pela Filosofia da Natureza, prende-se à Linguística pela Filosofia da Linguagem, e a tudo o que é acção humana, já individualmente já em sociedade, a filosofia igualmente preside através da Ética. Esta abundância de valores não origina dispersão mas enriquecimento indispensável pois tudo jorra da mesma fonte perene, quer queiramos quer não, do homem e da sua metafísica. Eu bem sei que hoje muitos desconfiam da palavra metafísica mas eu responderia com uma consideração que já vem de Aristóteles que a metafísica só se pode completar, inovar ou mesmo negar, fazendo metafísica"⁹⁶. Então, explana como os homens e as sociedades têm sido impregnados pelo influxo efectivo da filosofia, de modo que uma Universidade sem Filosofia é Universidade incompleta, que quase se nega a si mesma.

Neste aspecto, este Professor Catedrático tem a secreta magia de saber abrir as portas à comunicação humana. A sua luta foi por um "Universidade em prospectiva"; de facto, projectar-se exige imaginação; esse o sentido do apotegma, "a imaginação deve ocupar o poder". É que a Universidade – segundo julgo –, ao aumentar a sua capacidade de resposta, não pode perder a sua capacidade de questionamento. O saber, hoje, não pode mais refugiar-se no exercício duma "ciência normal", num momento histórico em que – para usar a terminologia de Thomas Kuhn – a ciência futurante é a "ciência revolucionária", isto é, em dissidência, inovadora.

Os discursos, conferências e publicações, do Professor Lúcio Craveiro sobre este tema, percorrem as mais diversas funções da Universidade: se esta foi, logo no século XII, a *universitas magistrorum et scholarium*, é também a *universitas scientiarum*, isto é, "uma Escola, síntese de Escolas e não uma mera sobreposição de Escolas"; mas não olvidou, nos seus escritos, nem a racionalização da gestão científica, pedagógica e administrativa, nem o diálogo Universidade-Meio, nem a acção social escolar, ou a actividade editorial científico-

⁹⁶ Alocação "Faculdade de Filosofia, hoje" (aquando dos 25 anos da Universidade Católica, na Faculdade de Filosofia de Braga, em 1993), em *EFCP*, 272.

pedagógica. Mas "a realização da investigação – e cito – é a luta mais bela, difícil e fecunda que se trava na vida e na alma do universitário. Nesta realização sacia a sua aspiração mais funda porque sente que, por ela, participa na primeira linha do desenvolvimento e na melhoria de condições de vida dos homens. E ao mesmo tempo que essa investigação enriquece e justifica o seu ensino, em colaboração com os colegas e em diálogo com os alunos, o seu trabalho reveste-se de um sentido universal, sem fronteiras nem limitações, pois a Universidade espalha e difunde, com força persistente e incansável, a luz do progresso a todos os recantos da vida desde a amplitude do universo e o alento ilimitado do espírito à constituição infinitesimal da matéria".

Na invocação do seu pensamento e da sua obra, preferi deixar-me conduzir pelos grandes arqútemas que a informam, a etiquetá-la segundo sistemas; é que isso seria tirar ao pensamento deste Homem o que o caracteriza paradigmaticamente: a constante juventude de um espírito sempre ludicamente absorvido na fascinante arte de pensar, exercendo um labor filosófico que transcende transversalmente as fronteiras de várias disciplinas, num exercício que o pensador Michel de Certeau designa por uma "cultura no plural", de cariz verdadeiramente interdisciplinar, orquestrando-o numa metodologia verdadeiramente polimórfica.

ACÍLIO DA SILVA ESTANQUEIRO ROCHA

Universidade do Minho